

DINHEIRO PÚBLICO

Delegado responsável pelo inquérito pede à Presidência informações sobre rede de computadores. Outras máquinas devem ser requisitadas

Ronaldo de Oliveira/CB - 8/4/08



JORGE FÉLIX, DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL: PF PEDIU INFORMAÇÕES SOBRE MECANISMOS DE DEFESA DA REDE DE INFORMÁTICA

PF quer dados sobre segurança no Planalto

EDSON LUIZ
DA EQUIPE DO CORREIO

A Polícia Federal vai requisitar outros computadores da Casa Civil durante a investigação do vazamento de informações sobre os gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A PF suspeita que os dados também foram manuseados por seis funcionários em outros equipamentos e não apenas pelos sete computadores apreendidos na terça-feira — em princípio, a informação era de que seriam seis máquinas. Ontem, o delegado que preside o inquérito, Sérgio Barboza Menezes, enviou ofício para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República solicitando informações sobre os mecanismos de segurança do Palácio do Planalto, inclusive a rede de informática.

Os investigadores já sabem que seis pessoas tiveram acesso aos computadores apreendidos, mas a PF não pretende ouvi-las antes de receber a perícia, que deverá ser concluída até a próxima semana. Os servidores estavam encarregados de passar as informações sobre as despesas do ex-presidente para as planilhas eletrônicas, que formaram o dossiê classificado pela ministra

Dilma Rousseff como banco de dados. Entretanto, existe a possibilidade de que outros computadores foram usados para manusear os documentos, também dentro da Casa Civil.

Menezes se recusa a falar sobre as investigações, mas ontem ele enviou vários ofícios para a Casa Civil, com pedido de informações. No documento encaminhado ao ministro-chefe do GSI, Jorge Félix, o delegado requisitou que fossem encaminhados à PF dados sobre a segurança interna das instalações. Além disso, o GSI pode ajudar nas investigações por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que tem um departamento dedicado exclusivamente à rede de informática.

A PF ainda não fez uma relação de quantos funcionários da Casa Civil deverão ser chamados, além dos seis servidores que tiveram acesso às informações dos gastos do governo passado. A secretária-executiva da pasta, Erenice Guerra, deverá ser convocada, já que partiu dela o pedido para a coleta de documentos. Ela é ligada à ministra Dilma e está no Palácio do Planalto há quatro anos, em funções de confiança. Os depoimentos devem começar a partir da próxima quarta-feira, quando a perícia terminar.

INVESTIGADOR PROMOVIDO

A oposição vai ter mais um motivo para tentar questionar as investigações da Polícia Federal em torno do vazamento dos gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O delegado que preside o inquérito, Sérgio Barboza Menezes, vai ser transferido da Superintendência da PF no Distrito Federal para São Paulo, onde ocupará a diretoria regional executiva, segundo lugar na hierarquia da instituição no estado. Porém, segundo a PF, isso acontecerá somente depois da conclusão das investigações. Menezes foi o responsável pela apuração do envolvimento do ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti, com o recebimento de propinas, um caso que foi solucionado em poucos dias. Discreto, o delegado não fala com jornalistas, um dos medos do Palácio do Planalto, que temia vazamentos da apuração feita pela Polícia Federal. (EL)

Vazamento
O inquérito aberto pela Polícia Federal tem 30 dias para ser encerrado, e seu objetivo é apurar quem vazou os documentos. Porém, fontes da Polícia Federal informaram que, caso haja indícios

de outros crimes, o delegado será obrigado a abrir nova investigação, uma hipótese que estava sendo descartada pelo governo. Segundo o ministro da Justiça, Tarso Genro, mudar o foco da apuração seria politizar o caso. Na quarta-feira, ele chegou a dizer que a abertura de novo inquérito era coisa da imprensa. O Palácio do Planalto não trabalha com a idéia de realizar uma outra investigação, desta vez em torno de quem elaborou o dossiê, pelo fato de apenas considerar crime vazar papéis públicos sigilosos.

Além da investigação da PF a Casa Civil abriu uma sindicância interna para apurar o vazamento dos dados. Formada por funcionários de carreira do Palácio do Planalto, a comissão encarregada pela apuração não pode punir. A Casa Civil informou que a sindicância corre em sigilo e não poderia informar sobre seu andamento.

No Rio, Lobão elogia Dilma

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, saiu ontem em defesa da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff que enfrenta uma crise desde a divulgação de que assessoras próximas participaram da elaboração de um suposto dossiê com as despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Não vejo nenhum abatimento na autoridade da ministra", disse Lobão, ao responder pergunta sobre a situação de Dilma Rousseff no governo. E ainda elogiou a ministra por sua "grande responsabilidade".

Na terça-feira, a Polícia Federal apreendeu seis computadores da Casa Civil para investigar

Carlos Moura/CB - 21/1/08



LOBÃO: "NÃO VEJO ABATIMENTO NA AUTORIDADE DA MINISTRA DILMA"

se eles podem ter sido usados para montar o arquivo, apontado como um "banco de dados" sobre despesas feitas na modalidade de suprimento de fundos. Lobão fez as declarações ao che-

gar ao hotel J.W. Marriot, em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro, para o seminário Meio Ambiente—Desenvolvimento Sustentável, promovido pela revista Carta Capital.

Na semana passada, a ministra Dilma Rousseff deu entrevista coletiva para refutar denúncia de que o dossiê usado por políticos com despesas específicas do ex-presidente Fernando Henrique foi preparado em computadores da Casa Civil. A secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, é apontada como a responsável pela montagem dos dados, junto com seis servidores do Palácio do Planalto. Na entrevista, Dilma classificou o crime de vazamento de dados sigilosos a divulgação dos dados da gestão tucana. Ela também negou que o governo seja responsável pelo dossiê. A Casa Civil providencia auditoria nos equipamentos usados na elaboração do banco de dados.

LEIA MAIS SOBRE LOBÃO NA

PÁGINA 14



e-mail alon.feuerwerker@correioeb.com.br



Pobre Roraima. Pobre Brasil

Ontem, na Holanda, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, admitiu finalmente que a inflação mundial nos preços dos alimentos é um problema. Corretamente, localizou a raiz do fenômeno na expansão do consumo dos emergentes planetários. Mas Lula continua se recusando a admitir o óbvio: a expansão acelerada da produção de biocombustíveis, o etanol incluído, é um forte vetor da elevação do custo da comida.

Em seu discurso europeu, o presidente repisou a tese de que o Brasil tem terras abundantes, em quantidade suficiente para plantar cana-de-açúcar para o etanol, cultivar cada vez mais grãos e criar cada vez mais gado. Tudo ao mesmo tempo. E mantendo intocadas as florestas restantes. E expandindo cada vez mais as terras indígenas. É claro que poucos crêem na promessa presidencial. Aqui neste espaço vimos perguntando há meses: se a coisa é assim, por que faltam áreas para a reforma agrária, conforme reclamam os responsáveis pelos programas de distribuição de terras do governo federal?

Enquanto Lula viaja pela Europa reconhecendo parte da realidade e tentando vender o que não tem para entregar, na Amazônia a Polícia Federal procura pela enésima vez colocar em prática uma das mais desastradas decisões presidenciais desde a posse. Tenta retirar da reserva indígena Raposa/Serra do Sol produtores de arroz e índios que se negam a esvaziar propriedades que cultivam, em alguns casos, há décadas.

A PF está sozinha na empreitada, já que as Forças Armadas justificadamente se recusam a participar da operação. O Exército não tem mesmo por que ajudar a enfraquecer a presença do Estado brasileiro na fronteira norte do país nem por que se dobrar a interesses estrangeiros que operam por meio de organizações não-governamentais de fachada.

Felizmente, o Supremo Tribunal Federal interveio para suspender a insana operação e parou toda e qualquer ação de despejo até que sejam julgados os recursos sobre o tema na suprema corte. Ganha-se, portanto, tempo para tentar uma saída que atenda ao interesse nacional.

A crise em Roraima era perfeitamente evitável. Bastava fazer convergir as diversas demandas e aprovar a demarcação do território indígena excluindo dele as áreas já há muito tempo absorvidas pela civilização. Alguns anos atrás, os dois lados estavam próximos de um acordo. Que entretanto foi bloqueado devido às intransigências fundamentalistas encasteladas na Esplanada dos Ministérios.

Ou seja, a crise foi exportada de Brasília para Roraima. Tivéssemos um Congresso Nacional menos omissos, certamente as autoridades responsáveis pela criação do impasse já teriam sido obrigadas a prestar contas aos representantes do povo. Talvez já estivessem fora de suas cadeiras. Mas não. Num Brasil em que infelizmente o patriotismo virou palavra fora de moda, os brasileiros que lutam para manter a bandeira verde-amarela hasteada no nosso extremo norte são tratados pelo governo federal como bandidos.

É uma atitude que rende aos nossos líderes palmas no Primeiro Mundo. Infelizmente, e isso não começou neste governo, há entre nós quem prefira ouvir o aplauso do colonizador do que escutar a voz dos cidadãos que aqui lutam para proporcionar um futuro melhor aos seus filhos e ao país.

Enquanto Lula discursa na Holanda sobre a necessidade de produzir mais alimentos, aqui dentro a polícia dele quer a todo custo tornar improdutivas terras em que a vegetação natural já foi há muito tempo removida e que há anos serve para cultivar arroz. Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço. Sintomaticamente, Lula nunca foi a Roraima desde que se sentou na cadeira presidencial. Não manifesta a menor vontade de colocar seu prestígio a favor de uma solução negociada para o problema. E age como se o estado fosse um estorvo. Pobre Roraima. Pobre Brasil.